



Anais da Assembléia

Nº 108

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1980

ANO 1

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1980
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Valduga.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Waldyr Pugliesi, Valduga e Werner Wanderer (43), achando-se ausentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, Antônio Facci, Darcy Deitos, Fidelcino Tolentino, Gernote Kirinus, João Mansur, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Tólio Zanchet e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números 230, 231, 232 e 233/80, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

55/80 Do Sr. Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, com sede no Município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o número 7.359. — Anote-se. Arquivo-se.

41/80: Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SECRETÁRIAS DO PARANÁ — ASSEPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.358. — Anote-se. Arquivo-se.

44/80: Do Sr. Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS IDOSOS, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.361. — Anote-se. Arquivo-se.

56/80: Do Sr. Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA CASA ESCOLAR COELHO NETO, com sede em Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu, o

qual convertido em lei tomou o número 7.360. — Anote-se. Arquivo-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ISMAEL GARCIA, ocorrido na data de 12/09/80, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da aprovação deste seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro ROMIR INÁCIO PAULINO, ocasionado em virtude de acidente automobilístico que ocorreu ontem, às 13:30 horas, no quilômetro 31 da Estrada da Ribeira, próximo a Adrianópolis.

O extinto era casado com a Senhora Marisa Herlund Paulino, com quem deixou dois filhos menores: Romir Gustavo Paulino e Fábio Augusto Paulino.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 128/80, Mensagem nº 55/80 (Introduz alterações no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada).

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado um voto de louvor pela passagem dos 25 anos de existência do LIONS CLUB DE IRATI.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Se faz em função de relevantes serviços prestados pelo LIONS CLUB DE IRATI, àquele valoroso povo.

Trabalho este, que veio se desenvolvendo ao longo de vinte e cinco anos pelo corpo de associados e diretoria do Lions Club, de Irati.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de

documentação-sugestão e fotocópia de outras, ao Excelentíssimo Sr. General JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Presidente da Itaipu Binacional.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Cabe-nos aqui lembrar que os moradores da localidade de Porto Mendes em Marechal Cândido Rondon, mesmo os que já foram e os que estão sendo indenizados, estão se deslocando da citada localidade, e os poucos moradores, cujas terras não serão alagadas pela represa do futuro lago de Itaipu, principalmente os proprietários de casas comerciais, serão os maiores prejudicados, pois não terão como desenvolver suas atividades normais, devido a evasão populacional. Além disso, as pequenas áreas de terras serão desvalorizadas totalmente.

Ainda levando em consideração uma série de fatores, voltamos a anexar a este, fotocópia de requerimento de abaixo-assinado feito pelos moradores de Porto Mendes, tais como proprietários de casas comerciais, postos de gasolina, barbearias, hotéis e etc.

Junto à documentação anteriormente enviada a esta Presidência, sugeriu-se por parte da ITAIPU Binacional, a indenização das áreas a não serem inundadas, bem como aos imóveis ali existentes, pois aquela faixa de terra ficará praticamente ilhada, não servindo mais à prática da agricultura nem ao comércio.

Nesta oportunidade, lembramos à Direção da Binacional, que ainda resta somente duas safras, no máximo, antes da inundação daquelas terras, e os prejudicados neste caso, necessitam imediatamente pensar em outra forma para a subsistência, caso contrário, algumas famílias se transformarão em bóias-frias, à procura de trabalho de fazenda em fazenda, ou ainda, aumentar a população favelada junto aos grandes centros.

Já encaminhamos documentação-solicitação de informações sobre a solução para o problema em tela, isto à 20 de abril de 1979, e até o presente momento não fomos informados da viabilidade mais prática para o caso.

Sugerimos à Presidência da Itaipu Binacional, a aceleração da construção do anunciado terminal portuário, ou que inicie os ditos projetos turísticos em Porto Mendes, ou então que estude com urgência a indenização aos proprietários de lotes e aos comerciantes.

Juntamos aqui, fotocópia de recente requerimento encaminhado pelo nobre Vereador rondonense, Ariovaldo Luiz Bier, e aprovado pela Câmara Municipal de Cândido Rondon, no qual o mesmo solicita que reivindicemos mais uma vez em prol daqueles moradores, que continuam sem futuro definido.

Esperamos, desta feita, a atenção de Vossa Excelência para a viabilização urgente de uma solução final a este angustiante problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar o seguinte pedido de informações ao Instituto de Terras e Cartografia - ITC, nos seguintes termos:

1) Qual a origem do atual litígio de terras existente na localidade de BRASILÂNDIA, no Município de Assis Chateaubriand?

2) Fornecer um histórico do litígio, as medidas legais já tomadas e a serem tomadas, bem como o número de famílias e posseiros existentes sobre a área dos sessenta e nove alqueires.

Do expediente, envie-se cópias ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand, bem

como à Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

(a) NILSO SQUAREZI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 133/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL "NOSSA SENHORA APARECIDA", com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, pela documentação apresentada, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

O Centro Social Nossa Senhora Aparecida é uma instituição civil, fundada em 10 de junho de 1968, com fins filantrópicos, culturais e de assistência social, atendendo gratuitamente aos necessitados em geral, seus familiares, menores, órfãos ou abandonados, mediante o fornecimento de alimentação, vestuário, agasalhos, medicamentos, alfabetização e educação, objetivando a integral promoção dos assistidos.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich. Declina.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho, (Declina).

No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, por dez minutos, e o restante do horário ao Sr. Deputado Valduga.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A partir do dia 10 de setembro, entrou em vigor a Portaria número 436/80, do Conselho Nacional do Petróleo, que veio de encontro às reivindicações dos agricultores de todo o Brasil.

Esta nova Portaria que veio alterar a Portaria 119/80, no seu artigo 19, parágrafo segundo, permite que seja elevada a cota de 400 litros de óleo combustível para 2.000 litros,

destinados aos maquinários utilizados nas fazendas. Esta decisão vem em muito beneficiar o Estado do Paraná, que detém uma grande área de cultivo agrícola e contribui com uma grande parcela para a produção do País.

Queremos, nesta oportunidade, parabenizar o posicionamento do Conselho Nacional do Petróleo, em relação à anterior situação, na vigência ainda da Portaria 119/80, onde o consumo de combustível era maior, pois havia necessidade do agricultor deslocar-se por várias vezes na busca do óleo, para cumprir as necessidades da fazenda, fazendo gastos extraordinários e com isto contrariando o próprio objetivo do referido ato administrativo.

Pondo fim a esta situação, e beneficiando os agricultores, o CNP está reconhecendo e ponto em prática a meta prioritária do Governo Federal, que é a agricultura.

É deste e de outros vários incentivos que o nosso agricultor precisa para ser estimulado e recompensado no seu trabalho frente a contratempos que enfrenta, seja de natureza inflacionária, alto custo de produção, intempéries, etc.

Para a safra 1980/81, a produção agrícola do Paraná será maior em 13,4 por cento em relação à anterior; contribuirá com 30 por cento da produção nacional de grãos; aumentando sua área de plantio em 4 por cento e frente a estes dados e expectativas, nada mais justo que se alterasse a cota de 400 litros, pois os gastos extraordinários que me referi anteriormente, refletem no custo da produção que, por sua vez, refletem na comercialização e enfim, refletem no custo ao consumidor.

Resta ainda ao Conselho Nacional do Petróleo, atendendo às reivindicações das Cooperativas, também do Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Sr. Mauro Silva Reis, que entendem ser preciso ampliar o prazo de 31 de dezembro para a adaptação das secadoras agrícolas, trocando o "fuel-oil" pela lenha. Enfatizo este problema da substituição do óleo combustível em virtude da grande safra que está prevista para 80/81, e as graves conseqüências que irão se constatar se não houver a compreensão do CNP em relação à prorrogação do prazo acima referido.

É notória a necessidade de nos unirmos para enfrentar a atual situação brasileira, situação esta que se constata também em outros países, em virtude de fatores sócio-econômicos adversos aos interesses que visam proporcionar bem-estar ao povo".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no horário restante, ao nobre Deputado Valduga, inscrito.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós assistimos, no decorrer da semana passada, um movimento da maior legitimidade, procedido pela Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros que se insurgiu contra a possibilidade de cancelamento da isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias, relativamente a esses produtos.

Foi um dos trabalhos mais bem concatenados, que temos assistido ultimamente, a nível de Estado, iniciando-se em Londrina, através da Associação de Produtores Hortigranjeiros passando a ter ação estadual, com o apoio de todas as entidades, das cooperativas que tratam e trabalham com os hortigranjeiros, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Sul-Brasil, Sindicatos Rurais, todos irmanados e falando uma única linguagem em forma pacífica, em forma ordeira, porém, determinada.

Esse movimento surgiu em face de o CONFACE — Conselho Fazendário do Ministério da Fazenda, pretender, por sugestão de vários Estados, a extinção da isenção do ICM para os produtos hortigranjeiros, sobre até a alegações, as mais infundadas, de que os supermercados sonham grande parte de

suas vendas, sob alegação de que parte dessas vendas seria dos produtos hortigranjeiros.

É óbvio, que uma alegação dessa natureza não tem sentido. Que se faça e que se proceda uma fiscalização adequada nos supermercados mas, que não se taxe um produto que é originário praticamente do trabalho pessoal de um grupo familiar ou de uma pessoa. É uma pequena economia que somada a um trabalho intenso em todo o País, consegue trazer à mesa, os hortigranjeiros. Também, levantamos o fundamento da pericibilidade do produto, da variabilidade bastante grande de preços. Em uma delegação de mais ou menos trezentos produtores, estivemos em conjunto com o Deputado Antônio Ueno, um dos grandes responsáveis pela articulação, com Sua Excelência o Governador Ney Braga e, após ouvir a exposição, o Governador deu a palavra de que o Paraná não endossará a taxação dos produtos hortigranjeiros.

Transmitiu uma palavra de confiança a todos aqueles produtores agrícolas, de que antes dessa insenção, têm muitas outras muito importantes que deverão cair.

Assim, pudemos ver um trabalho longo, penoso, porém concatenado e paciente, ordeiro, obter um sucesso total em suas reivindicações. Congratulo-me com todas as associações e classes dos produtores de hortigranjeiros e congratulo-me também, com a clarividência, com o espírito de entendimento de Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. LINEU TURRA — O Deputado Romero Filho usará o horário da Liderança por dez minutos, e os cinco restantes, o Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"Os proprietários de imóveis rurais das áreas onde deverão ser construídas as usinas hidrelétricas de Ilha Grande e Porto Primavera, no Paraná, deverão reunir-se em Umuarama, possivelmente à 7 de outubro. Deverão comparecer também, um representante da Comissão Pontifícia e Paz, o Diretor da Faculdade de Direito local, presidentes de Sindicatos Rurais e o presidente da Federação dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul.

Esse encontro, no colégio diocesano, sucede ao já realizado, sem resultados práticos, em Guaíra.

Os agricultores e pecuaristas da região estão seriamente preocupados porque a CESP e a ELETROLUZ, vinculadas às obras das usinas hidrelétricas de Ilha Grande e Porto Primavera, nada adiantam sobre os seus planos, mantendo tudo em absoluto e muito estranho sigilo. Esse sigilo incomoda, por quanto largas faixas agriculturáveis terão de ser desapropriadas, tanto no Paraná como no Mato Grosso do Sul e os proprietários não querem sofrer a mesma dolorosa experiência dos da região da hidrelétrica Itaipu, lesados nos preços porque as propriedades foram avaliadas e na demora de receberem os respectivos pagamentos, os Chefes do Núcleo da Secretaria de Agricultura de Paranavaí e Núcleo Regional alegam desconhecer igualmente os projetos, e por isso, nada podem informar.

Alguns prefeitos, ao que parece, estarem bem informados, tanto que um deles, quando no exercício do mandato declarara nada ter a fazer em Porto Figueira e Ilha, porque toda a área vai ficar submersa.

Sabe-se, por outro lado, que, só em território paranaense, serão atingidos os Municípios de Guaíra, Icaraíma, Querência do Norte, Umuarama e Altônia. Fala-se que, em Querência do Norte.

Como as águas do Rio Paraná terão de subir dois metros, serão inundados nada menos de dez mil hectares de terras férteis.

É uma pena que o Ministério de Minas e Energia tal qual a binacional de Itaipu hajam sido entregues a dois cearenses, completamente alheios aos problemas da região Sul. Tratam-nos, pois, com inteiro descaso, até com certo sadismo, porque invejosos, talvez, da prosperidade que o trabalho assegura, não se sensibilizam com os prejuízos e com os sofrimentos dos homens do campo, que tem ajudado a fazer o Brasil crescer e prosperar. Tapam os ouvidos aos clamores dos que se recusam a ser considerados como párias, dos que se recusam a ser lesados em seus reconhecidos direitos.

Fazemos um apelo ao Presidente da ELETROBRÁS, para que some os seus esforços à luta dos proprietários rurais do oeste paranaense, a fim de que não repitam os tristes episódios de Itaipu. Dirigimos igualmente caloroso apelo ao Governador do Estado, para que não negue o devido amparo a homens trabalhadores e honestos, que com grande sacrifício, puderam construir, através dos anos, um patrimônio, modesto embora, e que estão sujeitos a vê-lo desaparecer nas águas barrentas dos reservatórios de usinas hidrelétricas. O amparo deve concretizar-se sob a forma de prazo suficiente para o aproveitamento agropecuário das terras ainda não alagadas, e sob a forma de indenização à altura do valor real dessas terras. E, por fim para que os atuais proprietários não se transformem, com suas famílias, em multidões errantes, em busca de um cantinho onde acomodarem-se, tem o Governador o dever de localizá-los na própria região, em agrovilas produtoras de hortigranjeiros, casos, já o foram, de especulação imobiliária e de lazer para os muitos ricos, com vivendas luxuosas e com clubes de campo e iates clubes, numa afronta aos que foram despejados e ficaram sem trabalho.

Requeremos o envio do seguinte telegrama ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da ELETROBRÁS, ao Governador do Estado e ao Secretário de Agricultura do Paraná.

"Nome lavradores e pecuaristas ameaçados próxima desapropriação terras férteis abrangendo no Paraná Municípios Guaíra, Querência do Norte, Umarama e Altônia, Icaraíma e outros além de Mato Grosso do Sul, apelamos patriotismo vossência sentido divulgação planos usinas hidrelétricas Ilha Grande e Porto Primavera no Rio Paraná, avaliação terras e benfeitorias com preços reais e pagamento inédito e execução plano agrovilas longo reservatórios serem formados com aproveitamento mesmas famílias desalojadas suas propriedades."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no horário restante, ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para propiciar a votação na hora da Ordem do Dia, encaminhamos requerimento do Deputado Nilso Sguarezi.

Nós temos lido em alguns jornais do Brasil, Sr. Presidente, problemas envolvendo a vida político-administrativa do nosso Estado. E a gente lê essas notícias com muito pesar, são intrigas internas que irromperam após a divulgação da vinda de um sub-Secretário, Saul Raiz, e a gente observa que depois da divulgação dessa notícia, criou-se uma ciúmeira doméstica, o que efetivamente não leva a nada.

Lemos num jornal de circulação nacional, de que um Secretário não senta à mesma mesa do outro, de que o Secretário de Justiça já teria dito que não aceita a vinda de um super-secretário; e essa ciúmeira doméstica do Palácio Iguaçu, só está servindo para tumultuar a vida política, administrativa do nosso Estado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. FIORI LUIZ — Dentro de instantes, nobre Deputado.

E a gente como paranaense lamenta que essas intrigas saem das nossas fronteiras e são alvo de comentários na imprensa de outros Estados.

Nós sabemos que o Governador não está ainda plenamente recuperado e fazemos votos para que essa recuperação venha o mais breve possível. Sabemos que o Prefeito da Capital também está enciumado. E esta imagem negativa que se esparrama pelo Brasil, volto a repetir, é contraproducente para o Estado do Paraná. Um Estado novo, um Estado mergulhado em muitos problemas, problemas graves, profundos, latentes. É um Estado que precisa acima de tudo de uma harmonia, entre aqueles encarregados da nossa administração. Acima da própria habilidade no trato administrativo, é preciso haver uma unidade, principalmente neste momento em que o Governador não está refeito ainda; a sua saúde está abalada, mas ele insistiu em voltar ao Palácio Iguaçu.

É preciso que, mais do que nunca, haja esta unidade em nome do Estado do Paraná, porque nós lemos diariamente, e sentimos que a atmosfera no Palácio Iguaçu não é das melhores, com muita fofoca, muita intriga, muita ciúmeira, e o Estado do Paraná não pode ser vítima desta série de acontecimentos, onde os projetos pessoais são colocados acima dos verdadeiros interesses deste Estado, desgastado, porque hoje não temos nenhum representante na esfera federal, depois da demissão de Rischbieter e de Schulmann.

É um Estado órfão, e diante deste quadro negro, é preciso que haja um sentido de unidade, principalmente entre os Secretários, porque sabemos que três deles fizeram já duas reuniões à portas fechadas, para tratar justamente do assunto Saul Raiz.

O Paraná não pode sofrer solução de continuidade. Temos que enfrentar os nossos problemas e o Paraná está parado, atrasado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Acho que Vossa Excelência está completamente fora de órbita. O Paraná vai muito bem obrigado. E este problema do Dr. Saul Raiz, aliás, um homem digno, que já trabalhou muitas vezes pelo Paraná, pela Prefeitura de Curitiba, como Diretor do DER, homem que foi de confiança de Jayme Canet, e de Ney Braga, e que continua merecendo a confiança de todos nós paranaenses.

Vossa Excelência, eu acho, está vendo fastasmas, porque o Paraná vai bem, o Governador Ney Braga continua distribuindo suas verbas aos pequenos municípios, às grandes comunas, procurando entrosar. Agora Vossa Excelência está completamente fora do Governo, quando diz que estamos sendo tumultuados. Seria o mesmo dizermos isso da bancada de Vossa Excelência; seria o mesmo dizermos que o PMDB está esfecelado; que o PMDB não sabe se vota em Alencar ou em Richa. Então, é um problema, Deputado Fiori Luiz, com todo respeito e acatamento, sem procurar fazer uma observação paralela. Vossa Excelência está se imiscuindo num problema que é de todos os paranaenses. O Governador Ney Braga está muito bem de saúde.

Agora, não está bem para os cozeiros do Governo, os cozeiros que não querem nada, não querem trabalhar, não apresentam soluções, que vêem briga e ciúmeira em toda parte.

Não existe ciúmeira nenhuma. E eu vou garantir a Vossa Excelência que o Dr. Saul Raiz há de vir ao Paraná, como Secretário de Estado, para nos ajudar a trabalhar, para ajudar a Vossa Excelência e para ajudar aos Secretários.

O que existe, unicamente, é intriga dos jornais, da imprensa "marronsista", como diria Odorico Paraguaçu. O que existe é isto. E Vossa Excelência está no seu papel.

Eu louvo e tiro o chapéu a Vossa Excelência, mas quero dizer uma coisa: a saúde do Governador Ney Braga é inabalável, e o esquema do Governador Ney Braga, conforme declarou, o único super-secretário que tem é o próprio Governador. Agora, de resto, é tudo intriga. Os Secretários estão coesos, e os Secretários que não estiverem satisfeitos com o esquema do Governo, que peçam demissão. Porque só existe um Gover-

nador no Paraná que se chama Ney Braga. Saul Raiz há de vir ao Paraná, para ajudar a Ney Braga, como ajudou, quando estava na Prefeitura, a Jayme Canet; como o Dr. Jaime Lerner está ajudando Ney Braga na Prefeitura. E havemos, Deputado Fiori Luiz, de demonstrar ao Paraná que basta de intrigas, chega de confusão, vamos trabalhar por nossa terra e por nossa gente. Chega de fazer confusão, chega das bruxas andarem soltas, chega de se depenarem as galinhas e depois não se poder catar as penas. Vamos parar com isso, devemos dar soluções ao Paraná.

Vamos parar com intrigas veladas. Como sabe Vossa Excelência que os Secretários tiveram audiências secretas? Quem delatou? Ou Vossa Excelência esteve nas Secretarias, porventura?

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço a sua colaboração, nobre Deputado, porque eu gostaria de ouvir realmente esta colocação feita pelo nobre Deputado, na boca do Governador: "Quem não estiver satisfeito que peça a conta".

Agradeço também a sua colaboração, quando disse que o Paraná é de todos os paranaenses. Daí a nossa preocupação como homem da Oposição; agradeço também a sua citação de que nós estamos fora do esquema governamental. Efetivamente estamos.

Com relação a Richa e Alencar, é um problema doméstico, e o nosso partido saberá solucioná-lo.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/80, de autoria dos Deputados DENI SCHWARTZ, DOMÍCIO SCARAMELLA, RENATO BUENO e JOÃO ELÍSIO, que denomina "Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi" a Rodovia PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhão, até Guarapuava. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 64/80, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. — (Pausa).

24 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

(Soam os Tímpagos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada nominal 33 Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberação.

Em votação o Projeto de Lei n.º 64/80. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/80, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública o "Hospital e Maternidade de Morretes", com sede e foro na cidade de Morretes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba "Os Bambas do Asfalto", com sede em Cornélio Procópio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 26/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba "Os Bambas do Asfalto", com sede em Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A municipalidade de Cornélio Procópio já declarou, pela Lei n.º 1.133, de 07-04-80, a mencionada associação como de utilidade pública.

A exposição de motivos que acompanha a documentação relativa à existência legal da entidade, convenceu o analista criterioso da oportunidade de se conceder, a nível estadual, idêntica situação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 26/80

Sob o n.º 26/80, o Sr. Deputado Fuad Nacli apresenta Projeto de Lei com a finalidade de ver declarado de utilidade pública o "Grêmio Recreativo Escola de Samba — Os Bambas do Asfalto".

Examinado por esta Comissão em 7/05/80, em apanhado preliminar verificou-se o desatendimento aos pressupostos inseridos na legislação que rege as iniciativas desta natureza, convertendo-se o processo em diligência com a finalidade de ser suprida condição essencial à sua tramitação.

Tratando-se de vício sanável, seu autor laborou no sentido de complementar a documentação imprescindível, o que fez através do ofício 158/80.

Regularizado, o processo volta a esta Comissão, para novo e definitivo exame, não se encontrando, então, qualquer falha documental que possa obstruir a iniciativa.

Tudo posto e na forma do acima relatado, somos favoráveis à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 43/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A .

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSO-

CIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980.

a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação Federal, Estadual e pertinente a matéria, e tem por objetivo a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada de crianças e serviços sociais.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu acolhimento e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 43/80

Na sessão de 21 de maio passado, nos termos regimentais, requeremos o suprimento do requisito constante da Lei n.º 6994, de 10 de maio de 1978, ou seja, de que a entidade à qual se pretende conferir a condição de utilidade pública existe há mais de um ano.

Agora, com a declaração do ilustre Prefeito Municipal de São José dos Pinhais (doc. anexo), acompanhada da Certidão expedida pelo Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, da Comarca do mesmo nome, comprova-se que a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São José dos Pinhais, preenche todos os requisitos legais.

O Parecer, portanto, é favorável.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 53/80, (Mens. Govern. n.º 50/80), que aprova termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão e conservação dos prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da sede

dos referidos municípios. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 56/80, (Mens. Govern. n.º 54/80), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública, o Município de Nova Santa Rosa, visando a realização e melhoria dos serviços locais da competência do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Romir Inácio Paulino. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ismael Garcia, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 128/80. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — A Mesa defere e solicita dos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, para verificação de votação.

(**É procedida a verificação de votação**).

13 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 64 e 98/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26 e 43/80, e de Resolução n.ºs 49 e 50/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/80 e de Lei n.º 108/80.

Levanta-se a sessão.